

O SR. RODRIGO AMORIM- Que fiquemos aqui até 22h da noite, que a gente vote, então que a gente tire esse projeto. Então, que a gente tire esse projeto de pauta e discuta em um momento oportuno, o que a gente não vai fazer...

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Francisco) - Eu vou ter que pedir para cortar o microfone de V. Exa. Obrigada, deputado...

O SR. RODRIGO AMORIM - Se V. Exa. for antidemocrática de cortar a palavra eu aceito a presidência e a condição dos trabalhos de V. Exa. Mas me admira uma pessoa que representa um partido como a senhora querendo discutir uma questão importante e daqui a dois dias a gente vai votar esse processo em plenário e ao meu ver sem projeto nenhum. V. Exa não está embasada, assim como nenhum outro deputado para votar esse projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Francisco) - Mas o senhor passou do tempo, eu lhe dei mais dois minutos, porque sabia. Não, deputado Rodrigo Amorim eu lhe dei mais dois minutos... o senhor por favor respeite a presidência desta mesa que lhe dei mais dois minutos - três agora. Deputado, Rodrigo Amorim, o senhor, por favor, conclua a sua fala porque já passaram mais três minutos do tempo regulamentar, por favor. Ok muito obrigada, deputado.

O SR. RODRIGO AMORIM- Infelizmente é essa a representação popular que temos. Copacabana vai pagar a conta, Ipanema vai pagar a conta, porque a deputada Mônica Francisco está preocupada por dois minutos a mais ou dois minutos a menos.

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Francisco) - Por favor, deputado. O senhor pode continuar a discutir nas associações, muito obrigada.

O SR. RODRIGO AMORIM - Claro que farei... Ricardo de Albuquerque, Zona Norte sem dúvida, o Estado inteiro.

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Francisco) - Só para saber com a assessora do deputado Jorge Felipe Neto, porque a gente tem uma questão regimental aqui bem lembrada pelo deputado Knoploch. Se ele vai retornar os trabalhos da mesa, o deputado Jorge Felipe Neto, se ele retoma os trabalhos da mesa ou se eu encaminhamento final da audiência logo após isso a fala do deputado Alexandre Knoploch. O Deputado vai embora? Deputado Knoploch.

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Obrigada, Presidente Mônica Francisco pretendo ser breve.

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Francisco) - São 4 minutos.

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Bom, para quem não sabe, eu antes de ser parlamentar eu era presidente da associação de moradores da grande Tijuca. Hoje, presidente da CPI dos incêndios. E o que tem em comum com todas as grandes capitais o que foi aconteceu no Rio de Janeiro são os avisos que não são respeitados. Todos. Você avisa. Avisamos no Ninho do Urubu, a prefeitura, Corpo de Bombeiros o que ia acontecer e aconteceu. Museu Nacional, idem; a Wisqueria Quatro por Quatro, idem. Então, os acidentes acontecem por falta de prevenção. É óbvio que o carnaval é sinônimo talvez da maior paixão do povo fluminense e tem que ser respeitado. Os blocos que já desfilam há anos, anos, que inclusive passaram por aqueles momentos, deputado da Mônica Francisco, porque estava praticamente morto o carnaval de rua, e eles ali - o Simpatia é quase Amor, o Bola Preta e tantos outros - sobreviveram de forma heroica. Agora, a gente tem que botar aqui o vilão dessa história. O vilão dessa história são os megablocos de Preta Gil, de Claudia Leite. Até Claudia Leite agora está aqui. Isso é uma loucura. O que acontece? Com esses blocos eles vão depredando, a gente não tem condições de receber nas ruas que são escolhidas 1 milhão, 2 milhões de pessoas, e isso acaba sendo o caos. É óbvio que vai ter confusão, as pessoas bebem, as pessoas acabam tendo ali... um rapaz mexe com uma outra menina e tudo mais, e acaba tendo confusão. Então, eu acho que uma lei dessas, um marco do carnaval, deputada Mônica Francisco, não pode ser feita com projeto de lei que está em tramitação de urgência. Não dá. Tramitação de urgência tem uma discussão só e uma votação. Isso não dá. Não dá, porque a gente vai prejudicar não são os grandes blocos, a gente vai prejudicar os blocos médios, porque vai se liberar, vai começar a ter grandes problemas, aí vai ter uma outra lei aqui porque aqui é feito no calor das emoções proibindo tudo. Então, o que eu quero...

(Fala fora do microfone)

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Desculpa, qual é o seu nome?

(Fala fora do microfone)

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - E o senhor é de qual bloco?

(Fala fora do microfone)

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - De vários blocos.

(Fala fora do microfone)

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Mas, o senhor não pode tocar por quê?

(Fala fora do microfone)

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Mas olha só, aqui é governo do Estado, aqui é Estado. A gente está tentando, se nós estamos aqui, Wellington, deixa eu falar uma coisa para você, eu concordo contigo.

(Fala fora do microfone)

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Olha só, eu acredito que você como músico, e músico requer necessita de uma capacidade enorme de interpretação de conhecimento, porque não é fácil tocar nenhum instrumento. Então, eu vou recapitular o que eu falei que importante, ok? A gente precisa de uma lei que consiga garantir o direito de blocos igual ao seu. Não é o bloco da Claudia Leite, sabe por quê? Porque o bloco da Claudia Leite carrega 2 milhões de pessoas.

(Fala fora do microfone)

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Wellington deixa só eu terminar, deixa só eu terminar. A discussão aqui não é uma discussão ideológica nem uma discussão de quem tem mais acesso à cultura ou não; é uma discussão séria. Eu quero garantir o direito, o seu direito, a tocar em qualquer espaço. Mas o fato hoje é... eu vou lhe dar um exemplo quando o presidente... Eu já vou concluir quando eu era presidente da Associação de Moradores da Tijuca morreu um menino chamado Samuel. Samuel era garçom na Tijuca. Por que ele morreu? Porque existia um bloco ali que a Polícia não sabia, Corpo de Bombeiros ... ninguém sabia. Não estou pedindo para ter autorização, estou falando comunitário não tinha. A Polícia em perseguição de um elemento que assaltou lá na Gávea passou por esse bloco, ele passou, atirou e matou menino. Então, veja a organização é importante. Eu acho que os blocos do Rio de Janeiro genuínos eles tem que ter prerrogativas. O que nós não podemos é deixar que esses grandes blocos façam o que fizeram em Copacabana, que foi um absurdo, e mais do que isso, que os moradores não sejam ouvidos. Eu, por exemplo, eu comungo da situação de sentar com as associações de moradores. Não é o pensamento de elas terem o poder de dizer vai ou não vai; é sentar e o seguinte: quais são as ruas? Quais são os impactos? Como a gente pode prever isso? E, óbvio, com tempo prévio. Não dá para fazer isso sabendo com uma semana; isso não dá.

(Fala fora do microfone)

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Wellington, eu vou falar de novo: aqui é Alerj; se você falar da prefeitura você vai ter que ir à Câmara de Vereadores.

(Fala fora do microfone)

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Não, Wellington. Isso é uma lei estadual de regulamentação no estado, não tem nada... se a prefeitura quiser fazer outra lei proibindo a gente não pode impedir sabe por quê? Porque tirando a Constituição uma lei não sobrepõe a outra, o município pode...

(Fala fora do microfone)

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - A gente está tentando fazer aqui um comum acordo e um estudo com vocês, com as associações de moradores, para que a gente consiga fazer uma lei robusta e condizente para que você depois consiga, inclusive, junto às prefeituras, ter um comum acordo. O que não pode é a gente chegar aqui brigar, porque todo mundo aqui está em comum acordo de que o carnaval é importante para o Rio de Janeiro. Isso é um fato. Não dá para... O que gera de renda, de emprego, isso é um fato indiscutível. Quem fala que o carnaval tem que acabar, é louco ainda mais no Rio de Janeiro. Segundo, também é importante ouvir as associações dos

moradores, porque elas vivem o caos todos os dias ali do bairro, eu sei porque eu vivi isso. Terceiro, o estado tem que ajudar? É óbvio que tem, porque o ICMS que vem muito alto. Então, precisa. Mas agora a gente tem que ter um comum acordo. Todo mundo aqui quer chegar a um consenso, agora não é em uma lei de regime de urgência - é isso que a gente está falando - que a gente vai conseguir fazer isso. Então, eu acho que... Eu acho que a gente pode sair...

(Fala fora do microfone)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Francisco) - Para concluir. O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Deputada Monica, aí eu vou fazer uma proposição que eu acho que é importante: que a gente possa sentar com Presidente André Ceciliano para gente fazer um protocolo de intenções saindo aqui da Alerj para este carnaval, protocolo de entendimento junto à Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e todos, e que a gente tenha aqui como prioridade neste ano legislativo discutir o carnaval de 2021. Assim a gente consegue contribuir com todos e com mais um fôlego.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Francisco) - Muito obrigada, deputado. Então só, reforçar à Secretaria da Comissão de Constituição e Justiça, que com certeza está anotando os encaminhamentos, que tenha esta relatoria o mais breve possível para que os deputados e deputadas possam acessar, finalizando aí com a proposta de encaminhamento do deputado Alexandre Knoploch, um protocolo de intenções. Repasso a presidência da mesa ao deputado Jorge Felipe Neto. Tem uma fala final que é do Rafael da Desliga dos Blocos, e mais nenhuma outra fala.

Obrigada presidente.

(Reassume a presidência o Sr. Jorge Felipe Neto)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Felipe Neto) - Muito obrigado, deputada Mônica Francisco. Eu peço desculpas pela breve ausência. Sr Rafael Nunes, da Desliga dos Blocos, representando então os blocos extraoficiais.

(Fala fora do microfone)

Não oficiais é complicado; extraoficiais.

O SR. RAFAEL NUNES - Olha, em primeiro lugar eu gostaria de dizer que esses blocos não oficiais estão ficando cada vez mais oficiais, porque eles de certo modo já estão no calendário da cidade, as pessoas já sabem quando esses blocos saem e são livres manifestações culturais e espontâneas. O carnaval carioca carrega uma característica que é uma característica histórica da espontaneidade. Eu acho que a Zona Sul a gente precisa discutir separado. Eu entendo todos os transformos que acontecem na Zona Sul. Esses blocos não oficiais saem principalmente no centro do rio, que é o local que não é um local da moradia das pessoas; são blocos que saem inclusive nos dias que não tem nenhum movimento na cidade e com muito diálogo com as forças de Segurança. Agora, gostaria de falar das proibições que estão tendo, porque inclusive secretário... Secretário de cultura, é importantíssimo saber disso: a PM - e isso é assunto para cá - está na prerrogativa e está sim proibindo blocos a pedidos da prefeitura. Carimbloco que acontece no Aterro do Flamengo e acontece em um coreto, em um espaço que não atrapalhava ninguém, porque estava vazio, foi a Polícia Militar que chegou nesse espaço e proibiu a existência desse bloco a pedido da prefeitura. E não foi só o Carimbloco, não. Minha luz é de Led está agora sendo proibida também, e é outro bloco espontâneo, que já desfila há alguns anos na cidade. O Cordão do Boitatá teve aprendida a sua cerveja, e a cerveja que tinha ali não era cerveja para ser vendida; era uma cerveja que inclusive tinha a ver com fundamentos religiosos sacros do próprio bloco que carrega a ancestralidade dentro desses blocos também, que foi o Cordão do Boitatá. E foi a Polícia Militar, inclusive pelas denúncias que teve de que houve apreensão inclusive de cerveja dentro do bloco. Então, a gente tem que ver aonde que está indo a prefeitura e até onde está indo inclusive a própria Polícia Militar, que tem a ver com o governo do Estado, E a gente sabe que o governo do Estado hoje tem se posicionado em defesa dos blocos. Até então o que eu sei é isso. Você mesmo falou da própria livre e espontaneidade dos blocos. Sobre o diálogo com as forças de segurança, tem que ter o tempo inteiro. Inclusive quando o próprio Cordão do Boi tolo sai, ele sai conversando com as CET-Rio para saber os espaços que vai ocupar, o trajeto que vai fazer. Conversa o tempo todo com as forças de Segurança que estão presentes também. Então quer dizer, essa manifestação espontânea é fundamental, agora avisar as forças de Segurança é fundamental, avisar o governo que vai ter o evento é importante. Agora nada (não compreendido), a Polícia decidir, o Corpo de Bombeiros, se um bloco espontâneo que é uma livre manifestação de músicos que não paga, não recebe, vai sair ou não, ele vai sair, ele vai acabar saindo. Então, é fundamental que a gente converse, que tenha o diálogo. Agora a proibição, quanto mais proibição tem mais espontânea vão ser esses blocos e mais os músicos vão se concentrar e eles vão tocar, porque é uma livre manifestação baseada na Constituição Federal, no art. 6º da Constituição Federal, a livre manifestação de pensamento.

E outra coisa, para finalizar, os blocos não oficiais têm dado uma aula de cidadania. Não tem mais garrafa de vidro nos blocos por causa dos blocos não oficiais, que se reuniram em plenário. Hoje, os camelôs estão todos com o "vai de lata" para inclusive acabar com a violência, com os roubos, com as garrafas, "boa-noite Cinderela", tirar isso de lado e colocar as latas no local. Os blocos vão sair com saco de lixo e vão recolher seus próprios lixos. Os blocos oficiais estão discutindo isso, gente; os blocos estão discutindo inclusive o carnaval mais seguro para evitar o consumo de drogas em excesso, para evitar o álcool em excesso, que também é outra droga, para evitar o assédio sexual nas meninas que inclusive estão fazendo plenária para se decidir e para organizar um Carnaval sem o assédio, essas meninas, e todo mundo aqui tem parente que frequenta esses próprios blocos de carnaval não oficial. Então vamos aumentar o diálogo, vamos garantir que esses blocos possam existir. Esse músico está aqui porque ele frequenta esses blocos. É importantíssimo que ele viesse aqui e falasse um pouco sobre isso também porque ele está no papel dele de músico, e a gente precisa ouvir os nossos músicos também.

Muito obrigado, presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Felipe Neto) - Fundamental, o Rafael.

O SR. RUAN LIRA - Deputado, eu posso fazer só um adendo, só um comentário curtíssimo?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Felipe Neto) - Por favor, Ruan, porque já estamos em vias de finalizar.

O SR. RUAN LIRA - Como é que é o nome do amigo?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Felipe Neto) - Rafael Nunes.

O SR. RUAN LIRA- Rafael, concordo plenamente com amigo Rafael inclusive eu vi aqui que tem uma emenda que foi mais uma vez reforçando, foi a emenda mais interessante que eu já ouvi aqui até agora do deputado Renan Ferrerinha, que delimita por questões numéricas para que a gente não tenha esse tipo de problemas. O governo do estado é a favor dos blocos, a Polícia Militar é a favor dos blocos com organização planejamento, e mais uma vez 90% dos problemas que nós estamos tendo com os blocos são de competência municipais. Então, assim o nosso diálogo não tem sido fácil, E eu estou falando com conhecimento de causa, o nosso diálogo com a prefeitura esse ano está sendo muito difícil, as informações não estão chegando no tempo que tem que chegar. Então, como próprio deputado Jorge Felipe Neto comentou essa é uma discussão inicial dentro da Casa para depois a gente, de uma forma integrada, passar para o município.

(Fala fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Felipe Neto) - Gente, olha só, espere, vamos organizar isso daqui.

(Fala fora do microfone)

O SR. RUAN LIRA - Só um adendo para complementar o que você está falando e finalizar, e vou finalizar, deputado. Já prestando esclarecimentos sobre essa questão, é uma questão muito mais interna nossa de comunicação também do governo do estado, após a criação dá nova secretaria de grandes eventos a gente já tem feito reuniões na Casa Civil e estamos discutindo um novo processo de legislação interna em que a comunicação das autorizações ou enfim dependendo de como a Casa votar será a partir de agora, e isso tem sido em contrato com o governador, com a Polícia Militar integrada a

comunicação da ponta dos batalhões com a Casa Civil. Assim o governo como inteiro vai poder saber, estar ciente também de todo esse aparato de pedidos, de autorizações.

(Fala fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Felipe Neto) - Olha só, gente essa audiência pública serve justamente, secretário, para também garantir que casos particulares possam posteriormente ser tratados, uma vez que vocês estão tendo acesso às autoridades que vão fazer essa autorização de carnaval. Victor?

(Fala fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Felipe Neto) - Olha só, mas olha só, cada ente responde por si, cada ente responde por si. Se a prefeitura autoriza e a PM não autoriza, ela tem certa autonomia para fazer isso.

(Fala fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Felipe Neto) - Tem. Tem. Ela vai fazer a análise documental e salta o documento tal. Assim como a prefeitura também teria. Agora vocês estão aqui, vocês estão aqui com o secretário... vamos finalizar essa audiência? Vocês tratam direto com eles o que for possível resolver e a gente continua à disposição com relação a isso. Eu acho o seguinte, nem tanto ao céu nem tanto ao mar.

(Fala fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Felipe Neto) - Eu sou o presidente.

(Fala fora do microfone)

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - A palavra que você está usando de censura é uma palavra pesada.

(Fala fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Felipe Neto) - Deputado Knoploch só para contribuir... desculpa qual é o nome do senhor?

(Fala fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Felipe Neto) - Sr. Tomás.

(Fala fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Felipe Neto) - Deixa só eu contribuir aqui por favor.

O SR. -Isso é só um sentimento pessoal

(Fala fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Felipe Neto) - Olha só, Sr. Wellington.

(Fala fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Felipe Neto) - Só um minuto. Deputado Knoploch, regra do processo administrativo é a seguinte: existem atos vinculados, existem atos discricionário, ambos desde que devidamente justificados. Se não houve essa justificativa, vocês sempre podem ir à Justiça com relação a este carnaval enquanto ...

(Fala fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Felipe Neto) - Rapaz, fica calmo. Olha só, enquanto gente amadurece a questão da legislação. Isso é um direito.

(Fala fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Felipe Neto) - Só um minutinho. Eu não estou entendendo. Eu vou fazer conflito com quem com a Polícia militar?

(Fala fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Felipe Neto) - Agora, existe o direito de vocês de terem essa justificativa, de se adequarem ao protocolo do poder público. É isso que a gente tem que buscar entendimento. Agora, olha só, eu não vou admitir no final da audiência o famoso *jus speandi*. Eu acho que a coisa está indo bem caminhada no sentido de formular uma legislação para isso.

(Fala fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Felipe Neto) - Neste carnaval muito provavelmente não existirá tempo hábil, porque é semana que vem para fazer uma votação de tamanha complexidade.

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Deputado Jorge Felipe Neto.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Felipe Neto) - Vamos escutar o deputado Alexandre Knoploch.

(Fala fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Felipe Neto) - É uma escolha razoável, inclusive.

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Srs. Tomás e Wellington, deixa só eu contribuir aí depois... olha só, o que está acontecendo? Existe um decreto do Pezão que dizia que os blocos não precisavam de autorização. Isso é um ponto. Logo em seguinte foi publicada uma lei do município que diz que o município tem a prerrogativa, caso ele não concorde inclusive ele pode pedir autorização, o uso da força policial. Isso é um outro fato. O que que está acontecendo, deputado? A gente tem aqui em uma situação que em um projeto como esse é quase impossível você fazer em regime de urgência, por quê? Uma discussão e uma votação, e você vê que tem diversos entendimentos que são entendimentos corretos

O SR. PRESIDENTE (Jorge Felipe Neto) - Tem um parêntesis qualquer coisa que não seja uma decisão madura desta Casa vai cair na justiça e vai dar...

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - E o que que eu sugiro?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Felipe Neto) - ... mas também a gente não pode deixar as pessoas sem respostas.

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Diante disso, eu sugiro que a presidência desta Casa e a Comissão de Constituição e Justiça chamem a Polícia Militar, a prefeitura, o Corpo de Bombeiros, o Estado, e façam um protocolo de intenção ou de entendimento para este carnaval, para este carnaval. E o que esse carnaval nós vamos fazer? Um acordo - política é feita através de acordo.

O SR. RODRIGO AMORIM(?) - Deputado Knoploch, me permissão...

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Pois não.

O SR. RODRIGO AMORIM(?) - Está protocolado um pedido de Comissão justamente para tratar.

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Mas a comissão não entra em vigor agora, deputado. Tem que ser votado em plenário. Eu estou falando para a gente fazer um protocolo agora, isso no máximo quarta-feira...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Felipe Neto) - Olha só, pelo que eu estou entendendo eu concordo com a sua com o seu encaminhamento, mas eu vi uma certa animosidade que talvez não permita o diálogo com as outras autoridades. A gente quer permitir, a gente está ofertando isso em audiência pública, a gente pode sair daqui começar ali do lado. Agora, temas... a gente já entendeu que esse problema existe, ele já foi falado na audiência inteira. Agora, o problema específico de vocês e não em *lato sensu* não será tratado na lei. É isso que vocês têm que entender. A lei é genérica e aplicável a todos a partir da sua vigência...

O SR. RODRIGO AMORIM(?) - Deputado Jorge Felipe.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Felipe Neto) - Eu não acho que teremos tempo, sessão para fazer isso. Sinceramente, e se tentar peitar eu acho que vai ter reação, você vai perder o espaço da intercessão onde todos podem convergir por uma solução, que é fazer a qualificação por bloco, por região. Enfim, isso dá para a gente fazer e tem interesse de todo mundo.

O SR. RODRIGO AMORIM(?) - Deputado Jorge Felipe.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Felipe Neto) - Agora, o caso particular que tem que ser resolvido para ontem, tem que ser resolvido com as autoridades aqui presentes. São elas que licenciaram ou deixaram de licenciar, não foi isso?

O SR. RODRIGO AMORIM(?) - Sr Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Felipe Neto) - Agora, isso não é tema para audiência pública; isso é um tema que é eminentemente particular.

O SR. RODRIGO AMORIM(?) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Felipe Neto) - A gente vai concluir, deputado, por favor um minuto só para eu não ser rude com você excelência.

O SR. RODRIGO AMORIM(?) - Eu não posso não, eu não posso diante dos ataques a Polícia militar, eu não posso me calar...